

CEDI
7.534

CAINGANGUE



Joaquim Eufrásio, o velho cacique dos caingangues, diz que a destruição das matas e a dizimação das espécies animais pelos brancos, acabou com a caça e a pesca e transformou seu povo em mão-de-obra errante à busca de qualquer trabalho que o ajude a mitigar a fome. O capitão Antônio Bento prefere caçar no lixo que a cidade atira na reserva índia, qualquer coisa que possa converter em dinheiro. Mas nas festas cívicas, os índios são lembrados, e suas crianças são enfeitadas de penas: Não opõem nenhuma resistência — apenas baixam os olhos

UMA NAÇÃO QUE SUCUMBE A FORÇA DO BRANCO

POSTOS INDÍGENAS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL — Nos 24 postos indígenas da Funai instalados no Sul do país — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo — os índios caingangue formam a população maior. De um total de 8 mil 750 (segundo a Funai) indígenas que habitam os quatro Estados, os caingangues (conhecidos também como coroados, botocudos, camés ou xocréns), representam 80% — vivendo em condição de aculturação, miséria e promiscuidade.

Da altivez e harmonia antigas quase nada sobrou, a não ser o quadro doloroso de um povo sem tradições, que teve sua cultura destruída pelas frentes de ocupação à razão que avança a colonização e a tomada das terras pelo branco. Maltrapilhos, famintos e descrentes, os caingangues buscam desesperadamente manter o que lhes sobra de terras que os madeireiros cobiçam e invasores e arrendatários ocupam.

Degradação

Cercado por moscas e lixo em decomposição que a Prefeitura de Tenente Portela (Rio Grande do Sul) despeja três vezes por semana na reserva indígena de Guarita, o capitão Antônio Bento, de 40 anos, busca, com ajuda de cinco filhos e 15 cachorros, qualquer coisa de valor entre os detritos. Ele é o símbolo do que resta da nação caingangue, esmagada e destruída por uma progressiva degradação

social e econômica que começou há dois séculos. Como em delírio, ou num sonho, Antônio Bento reclama "as terras que o Governo prometeu devolver, e não devolveu".

A média de mortalidade é de 41% entre as crianças que sofrem uma incidência de 10% de verminose e 5% de tuberculose. O crescimento demográfico é negativo — isto é, a população diminui. Em 1 814 foram recenseados 8 mil 655 caingangues; hoje, segundo o geneticista Francisco Salzano e o chefe do posto federal de Nonoai, Sr Ari Teixeira, sobram apenas 4 mil. A Funai só construiu 550 das 1 mil e 500 casas previstas para a região e a maioria dos índios vive em malocas de palha e taquaras. Nenhum dos caingangues do Estado recebe assistência odontológica e apenas 1 mil e 40 do todo de Nonoai têm assistência médica. Os 1 mil e 100 do posto de Guarita são obrigados a pagar as despesas hospitalares em Tenente Portela, à exceção de 10 deles, que são beneficiados pelo Funrural.

Revolta e medo

A aculturação, que resultou na perda das tradições e da própria nacionalidade, trouxe consigo a degradação, a revolta e uma esmaecida consciência dos direitos de cada um e da coletividade. Uma índia, Andila Inácio, é monitora bilingue da escola primária. Ela enviou uma carta ao Presidente da República pedindo a retirada de mais de 1 mil 500 famílias de colonos que há 30 anos ocupam as terras da reserva. Através do rádio nº

637, foi proibida pela Funai de començar sua iniciativa e, com medo, foge da imprensa. Outros índios contam a história: um índio recebeu, em média, dois hectares de suas próprias terras para plantar; os invasores recebem 20.

Há um sentimento difuso de revolta misturada ao medo de represálias. Todos reclamam do não cumprimento, pela Funai, da remoção de 152 famílias de arrendatários, até 31 de julho último. E o ódio se concentra nos agricultores, a quem os índios vêem como o usurpador. Para dar uma idéia da situação, basta dizer que os agricultores Alfredo Rodrigues e Lívio Marques ameaçam matar todo o índio que "cruzar as plantações." E o tenente caingangue Valdomiro Moreira diz que sua gente "está disposta a morrer para recuperar suas terras." Esse é o clima; em meio a miséria, o ódio e a revolta. A consequência, nem a Funai sabe, mas o índio vem perdendo há dois séculos.

Os arrendatários alargam as fronteiras de suas terras arbitrariamente e exploram a mão-de-obra barata. O cacique Alfaiate cita um exemplo: o agricultor Arnaldo Woeber, que fez contrato com a Funai, aumentou sua área de 120 para 260 hectares, espremendo ainda mais os índios. A esse quadro deve somar-se a devastação das florestas: caem pés de guajuviras, cedro e todo o tipo de madeira de lei que for encontrado.

Crime e impunidade

No posto indígena de Xapocó, Município de Xanxerê, Sta. Catari-

na, vivem quase 1 mil 200 índios, entre caingangues e guaranis — estes em menor número (120, mais ou menos), pois se isolam dos demais grupos indígenas. Sua área é de 15 mil e nove hectares, dos quais 5 mil de terras cultiváveis. A área é rica em louro, pinheiro, pau-marfim, cedro, cabreúva, angico, canela, guajuvira e outras madeiras nobres.

O chefe do posto, Sr Franklin Mader, é constantemente ameaçado de morte por sua posição em defesa da reserva. Diz ele que "a situação é muito mais grave do que podem imaginar vocês que vivem no Rio, São Paulo ou Brasília. Em 1982 João Narciso, índio caingangue, que trabalhava na serraria do posto de Palmas, recebeu uma facada de um civilizado. Outro índio, Pedro Feliciano, foi morto por Ramão Vieira, também civilizado. Tudo por questões de terras. Em 1973 o mesmo Ramão Vieira voltou a matar um índio: em 2 de fevereiro assassinou Afonso Alves. No dia 7 de outubro de 1974 filhos de arrendatários espancaram o índio Adão Gaspar, causando-lhe fraturas em ambos os braços, maxilares e afundamento no crânio. Quase todos estão impunes. Mataram e espancaram porque não gostam de índios, ou porque, na verdade, o que querem é a terra dos indígenas."

Diz ainda o Sr Franklin Mader: "Enquanto existirem índios a ecologia está segura. Por isso os índios têm que acabar, para que a devastação não encontre mais obstáculos. O prazo para o arrendamento das terras expirou a 31 de julho, e a

questão estaria resolvida, em paz, junto aos colonos, por políticos, de que o Ministro do Interior iria prorrogar os prazos de arrendamento."

Competição e defesa

Em Florianópolis, o antropólogo Sílvio Coelho diz que a solução para o problema da invasão das terras indígenas é preparar o índio para competir e defender-se ante o homem "civilizado" pois, do contrário, ele continuará sendo vítima de exploração, principalmente por parte dos madeireiros."

Afirma o antropólogo que a decisão do Ministério do Interior em determinar ao INCRA um levantamento da situação em que se encontram as reservas indígenas do país, visando a encontrar solução para o problema da invasão de terras, poderá não apresentar bons resultados em face da impossibilidade da expulsão das áreas pertencentes aos índios de grande número de famílias de posseiros que não têm outro meio de sobrevivência.

Esperando o fim

Hoje, a visão real da tribo caingangue, englobando xocréns, botocudos, coroados, camés, xetás ou arés, é a de um povo em extinção, que apenas espera pelo fim ante a violenta e desenfreada agressão que sofre do civilizado. A Funai esboça uma posição de coragem ante o esmagamento das tribos remanescentes mas essa atitude se contrapõe à se não fosse a notícia espalhada teoria da "ocupação dos espaços va-

zios", ditada pelo Ministério do Interior. E tudo indica, pelo que os anos demonstram, que terra de índio é espaço vazio.

Em setembro será assinado um convênio entre a Funai e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, para a criação, na reserva indígena de Guarita, no Rio Grande do Sul, de um curso de formação de monitores e conselheiros agrícolas para jovens caingangues. O curso será estendido a toda a nação caingangue, em quatro Estados, terá a duração de três anos. No município gaúcho de Tenente Portela ele funcionará no Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão. Dali sairão os primeiros monitores bilingues para alfabetizar crianças índias na língua de sua tribo.

Atualmente 16 caingangues — quatro dos quais são moças — estão cursando o último ano da escola de monitores onde, além de conhecimentos gerais, estudam pedagogia e didática. Depois de formados — este ano, ainda — irão trabalhar nas reservas do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Pelo convênio a Funai fornecerá madeira para a construção da escola e das casas para os alunos, e ficará a direção do curso. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, participará com pessoal docente, maquinaria e parte das instalações de uma granja. Receberá ajuda para isso da Confederação Luterana Mundial e pediu ao Ministério da Educação uma verba de Cr\$ 320 mil, do Departamento de Ensino Supletivo.

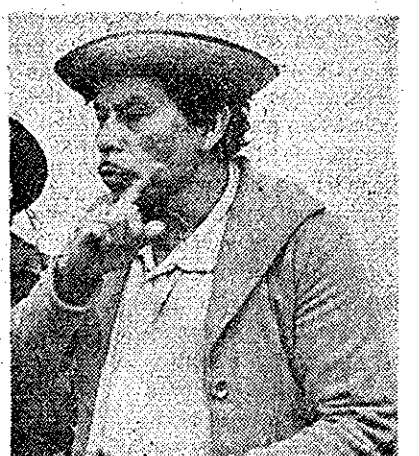


Mader, o chefe do posto, ajudou o índio — por isso querem matá-lo

Benjamin Schwantz enriqueceu na terra



Otávio Ramaia virou minifundiário



João Rosa adverte: os colonos agora terão que sair — diz isso há quase 30 anos



O tenente Moreira promete enfrentar os arrendatários, mas ainda não diz como